



Publicado em Sessão

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ACÓRDÃO Nº 393

PROCESSO RE Nº 412-66.2016.6.08.0024 - CLASSE 30 - GUARAPARI - ES - (PROT Nº 41.222/2016)

ASSUNTO: DIREITO ELEITORAL - ELEIÇÕES - CANDIDATOS - REGISTRO DE CANDIDATURA - REGISTRO DE CANDIDATURA - RRC - CANDIDATO - CARGOS - CARGO - VEREADOR

Recorrente: Luiz Gustavo Meriguetti

ADVOGADO: Dr. HENRIQUE HUDSON PORTO DA COSTA - OAB: 10649/ES

RELATOR: JUIZ DE DIREITO HELIMAR PINTO.

EMENTA:

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO CANDIDATURA. VEREADOR. DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE EXERCE ATIVIDADE EM MUNICÍPIO DIVERSO. JUNTADA DE DOCUMENTO EM SEDE RECURSAL. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. REGISTRO DEFERIDO.

1 - O recorrente juntou em sede recursal documentos que comprovam que o mesmo exerce suas atividades em município diverso daquele em que pretende ser candidato, razão pela qual não há a necessidade de desincompatibilização. À vista disso, o deferimento do registro de candidatura é medida que se impõe, mormente porque o Colendo Tribunal Superior já sedimentou o entendimento no sentido de ser possível a juntada de documentos enquanto não exauridas as instâncias ordinárias.

2 - Recurso conhecido e provido.

Vistos etc.

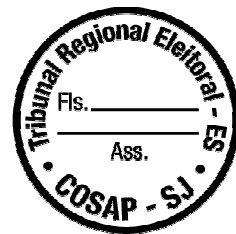
ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do eminente Relator.

SALA DAS SESSÕES, 03 de outubro de 2016.

DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, PRESIDENTE

JUIZ DE DIREITO HELIMAR PINTO, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

SESSÃO ORDINÁRIA

03-10-2016

PROCESSO Nº 412-66.2016.6.08.0024 - CLASSE 30

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – Fls. 1/4

RELATÓRIO

O Sr JUIZ DIREITOHELIMAR PINTO (RELATOR):-

Senhor Presidente: Trata-se de Recurso Eleitoral interposto por LUIZ GUSTAVO MERIGUETI em face da r. Sentença da MMª. Juíza Eleitoral da 24ª Zona, através da qual indeferiu-se o seu pedido de registro de candidatura ao cargo de Vereador no Município de Guarapari/ES, no pleito eleitoral de 2016, sob o argumento de que o candidato deixou de apresentar o comprovante de desincompatibilização.

Irresignado com a sentença, o Recorrente apresentou o recurso em apelo, com os documentos de fls. 51/53-verso, sustentando que possui vínculo com outro município, sendo, portanto, desnecessária a desincompatibilização.

O Procurador Regional Eleitoral manifestou-se, às fls. 81/82, pelo provimento do recurso.

É o relatório.

*

VOTO

O Sr JUIZ DIREITOHELIMAR PINTO (RELATOR):-

Senhor Presidente: Encontram-se presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, razão pela qual passo a sua apreciação.

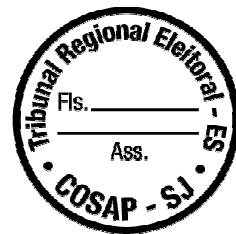
Cumprido esclarecer, inicialmente, em observância ao disposto no art. 59, parágrafo único, da Resolução TSE nº 23.455/2015, que os presentes autos foram recebidos por este relator no dia 01/10/2016, razão pela qual os apresento em mesa para julgamento nesta sessão do dia 03/10/2016, independentemente de publicação em pauta.

Conforme brevemente relatado, trata-se de Recurso Eleitoral interposto por LUIZ GUSTAVO MERIGUETI em face da r. Sentença da MMª. Juíza Eleitoral da 24ª Zona, através da qual indeferiu-se o seu pedido de registro de candidatura ao cargo de Vereador no Município de Guarapari/ES, no pleito eleitoral de 2016, sob o argumento de que o candidato deixou de apresentar o comprovante de desincompatibilização.

Irresignado com a sentença, o Recorrente apresentou o recurso em apelo, com os documentos de fls. 51/53-verso, sustentando que possui vínculo com outro município, sendo, portanto, desnecessária a desincompatibilização.

O Procurador Regional Eleitoral manifestou-se, às fls. 81/82, pelo provimento do recurso.

Posta a síntese da lide recursal, passo a expor os motivos que me convencem a manter a reformar a sentença recorrida:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Conforme se depreende dos autos, a Juíza Eleitoral da 24ª Zona/ES indeferiu o registro de candidatura do ora recorrente, em razão do mesmo não ter apresentado, no prazo determinado, o comprovante de desincompatibilização do cargo municipal de professor de ensino fundamental.

No recurso ora analisado o recorrente juntou, às fls. 51/53-verso, contracheque referente ao exercício do cargo municipal de professor no Município de Anchieta/ES, declaração da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarapari, atestando que o mesmo não faz parte do quadro de servidores daquela Secretaria, bem como certidão de contratos temporários, comprovando que o candidato exerce cargo público em município diverso do que pretende ser candidato.

Nesse passo, verificando-se que, no caso em análise, o recorrido, que é servidor público, exerce suas atividades no Município de Anchieta/ES, localidade diversa daquela em que pretende ser candidato ao cargo de vereador, qual seja, Guarapari/ES, não há a necessidade do mesmo desincompatibilizar-se de suas funções. Isto porque, o objetivo da norma é impedir que o ocupante de cargo público utilize-se de suas atividades funcionais para obter vantagens de cunho eleitoral.

Nesse sentido, cito o seguintes julgado do Tribunal Superior Eleitoral:

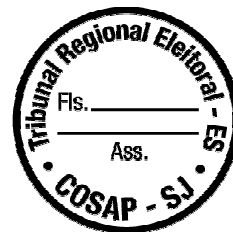
“Eleições 2012. Registro de candidatura. Desincompatibilização. Servidora pública. Cargo em comissão. Município diverso. Recurso especial. Decisão monocrática. Deferimento. 1. Se a candidata a vereadora exerce cargo em comissão de secretária escolar em município diverso daquele no qual pretende concorrer, não é exigível a desincompatibilização de suas funções. 2. **As regras de desincompatibilização objetivam evitar a reprovável utilização ou influência de cargo ou função no âmbito da circunscrição eleitoral em detrimento do equilíbrio do pleito, o que não se evidencia na hipótese, em que a candidata trabalha em localidade diversa à da disputa.** Agravo regimental a que se nega provimento. (TSE - AgR-RESpe: 6714 CE, Relator: Min. HENRIQUE NEVES DA SILVA, Data de Julgamento: 07/03/2013, Data de Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Volume 065, Tomo 065, Data 09/04/2013, Página 35/36)”. Grifei.

Esse entendimento foi cancelado, recentemente, por esta Egrégia Corte. Confira-se:

“RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. SERVIDOR PÚBLICO. EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO EM MUNICÍPIO DIVERSO DAQUELE EM QUE IRÁ CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR. DESNECESSÀRIA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. REGISTRO DEFERIDO.

1 - Não há necessidade de desincompatibilizar-se de cargo em comissão quando este é exercido em município diverso daquele em que o pretenso candidato irá concorrer a cargo eletivo. (Precedentes)

2 - Recurso conhecido e provido.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

3 - Registro deferido". (TRE/ES - Recurso Eleitoral nº 123-13 - Classe 30, relatoria do Juiz Dr. Aldary Nunes Junior, julgado em 13/09/2016, publicado em sessão).

Ademais, quanto à juntada de documentos nesta seara recursal, cumpre esclarecer que o Colendo Tribunal Superior já sedimentou o entendimento no sentido de ser possível a apresentação de documentos enquanto não exauridas as instâncias ordinárias. Confira-se:

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. JULGAMENTO CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA. IRREGULARIDADE NÃO SANADA. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO COM O RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS NÃO INFIRMADOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

1. A ausência de certidão criminal da Justiça Estadual de 1º grau "da circunscrição na qual o candidato tenha o seu domicílio eleitoral", exigida no art. 27, inciso II, alínea b, da Res.-TSE nº 23.405/2014, mesmo após a abertura de prazo para a sua apresentação, implica o indeferimento do pedido de registro de candidatura.

2. **Admite-se, nos processos de registro de candidatura, a apresentação de documentos até a instância ordinária ainda que tenha sido anteriormente dada oportunidade ao requerente para suprir a omissão, não sendo possível conhecer de documentos apresentados com o recurso especial. Precedentes.**

3. O agravante limitou-se a reproduzir os argumentos expostos no recurso especial, razão pela qual a decisão deve ser mantida pelos próprios fundamentos. Incidência na Súmula nº 182/STJ.

4. Agravo regimental desprovido.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 45540, Acórdão de 30/10/2014, Relator(a) Min. GILMAR FERREIRA MENDES, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 30/10/2014)

Ante o exposto, CONHEÇO do recurso e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, para deferir o registro de candidatura do recorrente LUIZ GUSTAVO MARIGUETI ao cargo de vereador do Município de Guarapari/ES nas eleições de 2016.

É como o voto.

*

ACOMPANHARAM O VOTO DO EMINENTE RELATOR:-

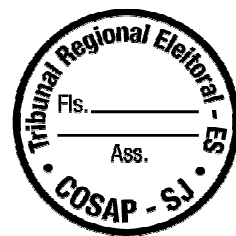
O Sr Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior;

O Sr. Juiz de Direito Aldary Nunes Júnior;

A Srª Juíza Federal Cristiane Conde Chmatalik;

O Sr. Jurista Adriano Athayde Coutinho e

A Srª Jurista Wilma Chequer Bou-Habib.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

DECISÃO: À unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do eminente Relator.

*

Presidência do Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama (Presidente).

Presentes o Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior e os Juízes Helimar Pinto, Aldary Nunes Júnior, Cristiane Conde Chmatalik, Adriano Athayde Coutinho e Wilma Chequer Bou-Habib (Suplente).

Presente também a Dr^a Nadja Machado Botelho, Procuradora Regional Eleitoral.

\vfc